



O futuro é já aqui
Luís Valença Pinto

Portugal: coisas boas e coisas não tão boas

Refletir e discorrer sobre o nosso país é sempre muito sedutor. Escrever sobre ele, já acarreta algum dificuldade. Mesmo ao fim de quase nove séculos de vida autónoma, esta é uma matéria em que o que se pode legitimamente esperar “cada cabeça, sua sentença”.

Este é, pois, um texto atrevido e apenas correspondente a uma visão.

Que aspetos mais nos caracterizam pela positiva? Talvez se possa referir que somos uma Nação una e coesa, milenar e estável, com apreciável sentido de comunidade e resiliência, com históricas e valiosas conexões à escala global, com um talento próprio para interagir com outras sociedades, pertencemos ao espaço mais desenvolvido do globo e somos membros das organizações desse espaço, partilhámos uma língua com valor universal, somos criativos e rápidos na resposta e detemos uma posição geográfica interessante para o mundo.

De todos estes predicados, dois merecem uma certa relativização.

É verdade que, num tempo que tem como maior constante a mudança permanente e rápida, a criatividade e a rapidez de resposta são ótimos atributos. Mas só o são se forem postos ao serviço de um esforço planeado, organizado, coerente e reiterado. Seria muito saudável erradicar da vida portuguesa conceitos como “safar-se” ou “desenrascar-se”...

Por outro lado, as tecnologias e os meios hoje disponíveis, não fazendo desconsiderar a geografia, tornam-na menos importante. Isso faz com que, num Mundo globalizado e “contraído” como o nosso, o valor da posição não seja um dado fixo e a condição periférica, mais do que uma fatalidade ou uma con-

dição geográfica, seja fundamentalmente uma questão de vontade, de inteligência e de conhecimento.

E o que podemos tomar como coisas menos boas? Em primeiro lugar a dificuldade, se não a resistência, para agirmos com determinação e de modo coletivo, consistente e reiterado, também alguma negligência quanto ao conceito de rigor, estagnação económica, crise demográfica (natalidade e envelhecimento) e incompreensíveis e perniciosos distanciamentos entre sociedade, economia e escola.

Claro que à estagnação económica tem de ser associada a exiguidade das condições de vida dos cidadãos, em particular dos mais idosos e dos mais jovens e em início de vida própria. É grave não se atentar em quanto as pessoas, em particular as mais qualificadas, são centrais para a vida coletiva. Como recurso fundamental. Como razão de ser e motor de toda a ação política, económica e social. A inerente dignidade das pessoas faz com que atentar nelas seja desde logo um critério moral e ético. Mas compreendendo que sem as pessoas não há sucesso sustentado, essa atenção vale por também ser um critério pragmático.

Temos mesmo de quebrar o ciclo da estagnação! É urgente! O que só será viável com esforço e compromisso coletivos e levando em linha de conta as circunstâncias e as tendências globais e europeias.

Admitindo que esta leitura não é inteiramente desajustada, o aspeto mais importante que dela se pode retirar – e, mais uma vez, esta é uma avaliação subjetiva – é que as nossas vantagens são apreciavelmente estruturais e, portanto, sensivelmente permanentes, enquanto, exceção feita ao envelhecimento, cuja principal resposta é a na-

talidade, as nossas fragilidades, são fundamentalmente conjunturais e, portanto, suscetíveis de superação. Assim o queiramos.

Temos de retirar razoabilidade à visão que sustenta que os Portugueses são fantásticos na excecionalidade, mas frequentemente medíocres na normalidade. Nada disto corresponde forçosamente a um dado cultural carregado de fatalidade. Mesmo se fosse um dado cultural teria de ser alterável.

O adequado conhecimento de nós próprios é naturalmente um parâmetro importante na definição do que pretendemos para a nossa postura e atitude num mundo tão complexo como o do presente. Um mundo carregado de instabilidade e imprevisibilidade, onde é assustadora a crise das lideranças. Um mundo percorrido por tensões entre abordagens que privilegiam uma certa Geopolítica do Poder e outras, em particular na Europa, que continuam a enfatizar e a defender os valores do Multilateralismo e da Cooperação.

As condições do presente não são consentâneas com políticas de curto prazo, tão afins dos piores eleitoralismos. É imperativo adotar perspetivas novas e essenciais e é isso que torna tão especialmente gritante o problema das lideranças.

Quando nos questionamos sobre como é que Portugal se deve inscrever nestes novos cenários e condições, talvez a resposta possa ser simples. Portugal deve inscrever-se como a generalidade dos outros Estados. Valorizando as suas vantagens e trabalhando para cuidar das suas fragilidades. Sendo competitivo, sem nunca negligenciar a cooperação.

General. Presidente
do EuroDefense-Portugal.



‘Eudaimonia’
**Paulo
Gonçalves Marcos**

Fechar balcões: desertificar Portugal

OBanco de Portugal publicou a sua avaliação anual da cobertura da rede de acesso ao numerário em Portugal. Os resultados são, globalmente, positivos. Existem quase 18 mil pontos de acesso. São indicadores que merecem reconhecimento. Em Portugal, continua a existir uma ampla rede de caixas multibanco. Mas será que é assim tão relevante ou estamos a esquecer o que importa?

O relatório revela uma tendência que exige reflexão. A rede de agências bancárias com serviços de numerário diminuiu 15%, abrangendo 19 dos 20 distritos. Em quatro anos, 477 agências encerraram ou deixaram de prestar serviços de caixa. Além disso, cerca de 17% dos balcões já não disponibilizam operações de numerário. Em 12 anos, metade da rede de balcões desapareceu.

Cada balcão que encerra representa mudanças profundas na vida dos trabalhadores bancários: mobilidades geográficas, reconversões funcionais e reorganizações que afetam carreiras construídas ao longo de décadas. Significa a perda de equipas que conhecem as comunidades, acompanham famílias e empresas e constituem um fator de confiança entre clientes e instituições.

A proximidade bancária não se mede apenas em quilómetros. Mede-se na capacidade de aconselhar, apoiar clientes mais vulneráveis e garantir que a transformação digital não deixa ninguém para trás. A inovação tecnológica é indispensável, mas não substitui a presença humana numa atividade assente na confiança.

O relatório identifica contextos onde uma redução adi-

cional da rede poderá agravar as dificuldades, sobretudo nos territórios de baixa densidade populacional. Nesses locais, a banca desempenha um papel que ultrapassa a prestação de serviços financeiros, contribuindo para a coesão territorial.

Por isso, a reconfiguração da rede de balcões não deve assentar em critérios de rentabilidade de curto prazo. A experiência europeia demonstra que é possível conciliar modernização, eficiência e proximidade, através de soluções que preservem o acesso aos serviços bancários e reforcem a coesão social.

A inovação tecnológica é essencial para a competitividade da banca, mas essa transformação tem de ser conduzida com responsabilidade social, diálogo e antecipação dos seus impactos sobre trabalhadores, clientes e comunidades.

Há 40 anos, o regulador obrigava os bancos a manterem presença no interior e ilhas. Hoje, as preocupações com a coesão territorial e a igualdade de oportunidades no acesso ao crédito parecem ter desaparecido das prioridades de quem as deveria salvaguardar.

Continuaremos a participar ativamente nesse debate, defendendo uma modernização que preserve a inclusão financeira, a coesão territorial e a valorização dos profissionais da banca.

Porque uma agência bancária nunca é apenas um edifício e uma caixa automática nunca é apenas uma máquina. Por trás de cada operação bancária existe sempre uma pessoa.

Presidente do SNQTB